

A FRAUDE CIENTÍFICA

Um Mal a Ter em Conta, Também entre Nós

SERAFIM GUIMARÃES

Instituto de Farmacologia e Terapêutica. Faculdade de Medicina do Porto. Porto.

RESUMO

A fraude científica não é um mal que afecte só os países com grande desenvolvimento científico, porque nem só a grande fraude, como a usurpação de ideias, a apresentação de resultados falsos ou inventados ou o plágio manifesto, é que é condenável. Entre nós, há, sobretudo, numerosos pequenos vícios que, por descuido ou intencionalmente, constituem agressões ao espírito ético que deve governar o processo científico em todas as suas fases, incluindo o seu passo último que é o da sua publicitação. Na presente publicação mencionam-se várias situações que exemplificam diferentes formas de infracção. A gravidade do processo fraudulento reside em que, para além de ele poder significar malbaratamento dos dinheiros públicos, mina a base de virtude que deve estar na origem de toda a actividade de pesquisa, a qual tem como objectivo o encontro da verdade.

SUMMARY

Scientific Fraud

Scientific fraud is not a problem exclusive to countries with high scientific development. Fraud does not necessarily mean invention of results, usurpation of ideas, manifest plagiarism or any other kind of serious scientific misconduct. Although more rare in countries where scientific production is more modest, pungent cases of scientific fraud also exist. However, less notorious cases of scientific misconduct are frequent and must be avoided. Examples of these less notorious sins are presented. The seriousness of scientific fraud is not only due to the fact that it may involve public funds, which could have been put to more usefull purposes but, above all, because it violates scientific ethics and frustrates the final aim of science, the discovery of truth.

Ultimamente, tem-se falado muito de fraude em publicações científicas, havendo, até, casos paradigmáticos que se tornaram célebres e trouxeram para a ribalta da Ciência nomes modestos. Mas fraude não é só aquilo que parece impossível e que os outros praticam, lá longe, em terras de ficção. Fraude não é só a grave usurpação de ideias, de dados, de prioridades, o plágio manifesto que se faz na América e que origina muita celeuma! A fraude científica não se esgota na publicação de resultados distorcidos ou inventados em favor de uma teoria ou de uma fantasia e que não nos diz respeito.

Foi, de facto, a multiplicação de casos gritantes de

desonestidade ligada à publicação de trabalhos científicos que despoletou a onda de condenações e de protestos e uma série de iniciativas que visam pôr-lhe cõbro. Mas, por serem mais disfarçadas ou por terem, aparentemente, outro carácter, não podem deixar de ser apontadas, porque são, também, nocivas para a investigação e para a ciência, certas manifestações fraudulentas com que convivemos aqui, neste País periférico e esquecido, benigno para com todas as tentações.

No momento em que é tão objectivo o empenho na dinamização da investigação científica em Portugal, não é razoável que se menosprezem princípios e se per-

petuem práticas que, por inconsciência ou leviandade na maior parte dos casos, mas, também, por espírito fraudulento noutras, vão contribuindo para minorar o efeito desse esforço e desacreditar os méritos dessa actividade que é fundamental para tornar credível um País.

Gostaria que os meus leitores, se os vier a ter, reflectissem, comigo, sobre alguns desses procedimentos de fundo fraudulento que, por serem comuns, estão a um passo de se tornarem normais, apesar de contribuírem para minar confianças, desajustar méritos e, até, frustrar projectos e destruir vocações.

O que é tentar fazer passar resumos por trabalhos completos? Quem é que, habituado a avaliar *curricula*, não tem reparado nessa frequente e *ingénua* tentativa de *fazer passar gato por lebre*? Ou através da apresentação de listas gerais promíscuas, que não permitem a distinção entre publicações completas e resumos, porque, deliberadamente, se indica, apenas, a primeira página e, assim, se oculta a verdadeira dimensão da publicação; ou, porque se mencionam as duas páginas de um resumo, a primeira e a última quando, por fatalidade da paginação, o resumo passa de uma página para a seguinte; ou multiplicando um mesmo trabalho, publicando-o mais de uma vez com títulos diferentes!

O alongamento do rol de publicações à custa de intermináveis listas de trabalhos *em publicação*, o que é se não fraude? O que é um trabalho em publicação? Desde a erupção do desejo de publicar até à efectiva publicação de um trabalho científico, há um longuíssimo percurso, onde tão boas intenções tropeçam e que se conforma com essa estafada e fraudulenta designação de *trabalho em publicação*. Não é por ser frequente o recurso a esse expediente aparentemente inócuo que ele perde o significado perverso que tem. Não é aceitável que se dilate a listagem dos trabalhos reais com um rol de intenções, ainda que boas, ou de promessas, ainda que cumpríveis. Tudo isso resulta da primazia dada à quantidade em detrimento da qualidade. Robert Furchgott, um dos maiores cientistas contemporâneos, publicou o seu primeiro trabalho de investigação aos 27 anos e numa vida científica de 55 anos, foi autor de, apenas, 46 trabalhos científicos. Tão pouco! Contudo, foi ele quem descobriu os receptores de reserva, quem conceptualizou e demonstrou tudo o que a ela diz respeito; foi ele quem esteve na origem da teoria dos receptores pré-sinápticos; foi ele quem descobriu o factor endotelial relaxante dos vasos e contribuiu, decisivamente para a sua identificação (o célebre e tão falado NO); foi ele quem ganhou o Prémio Lasker de 1997 e é ele quem se perfila como um dos mais sérios candidatos a um dos próximos

Prémios Nobel! Tanta coisa coube em tão poucas publicações! Qualquer desconhecido que ninguém sabe de onde vem nem o que faz, tem listas intermináveis de trabalhos publicados que, se calhar, ninguém lê e que, portanto, servem para pouco. Quem vive com a obsessão dos grandes números deve saber que, setenta por cento dos trabalhos científicos publicados em revistas internacionais nunca são citados, provavelmente, porque não prestam. E que há, também, muitas revistas internacionais de acesso directo, em que o editor não interpõe entre a recepção do manuscrito e a sua publicação qualquer crivagem que permita separar o grão da praga. São, por via de regra, revistas de baixo ou baixíssimo índice de impacte. Os trabalhos aparecem publicados, mas surgem, logo à partida, com essa marca discriminatória transmitida pelo baixo prestígio da revista, que os qualifica, às vezes injustamente, como secundários. Dificilmente, serão lidos e, muito mais dificilmente, tidos em consideração. Também com as publicações científicas, antes poucas e boas que muitas e fracas. Também em ciência, muito e bem há pouco quem! É por isso que num número crescente de instituições de vários países, a apreciação do mérito profissional dos cientistas é feita com base na análise e discussão das mais significativas e não de todas as suas publicações.

Atribuir um lugar de destaque na lista dos autores de um trabalho científico a quem não o pensou, não o realizou, não o discutiu, não o escreveu e, às vezes, nem o entendeu o que é? Que o elemento sénior de um serviço, só por o ser, assine os trabalhos científicos e, quantas vezes, na posição de maior destaque, é fraude. Desconfio muito da bondade do processo que faz com que uma publicação científica tenha 7, 8, 9 e mais autores. Não haverá base fraudulenta em muitas dessas situações? Este assina porque foi quem internou o doente, aquele porque foi quem o seguiu, aquele outro porque foi quem pediu as análises, o outro porque lhe deu a alta, ainda o outro porque fez a pesquisa bibliográfica ou os cálculos estatísticos, etc... Para todas estas contribuições indiscutivelmente muito dignas mas, seguramente, pouco relevantes, há as notas de agradecimento no fim das publicações. Dar co-autoria a estas contribuições periféricas é fraude, porque confere um crédito a quem nada fez de científico que o mereça. Como é possível atribuir uma quota de mérito individual num trabalho tão heterogenicamente colectivo. Tiveram todos a mesma parcela de criatividade, de empenhamento e de envolvimento científico? Só por milagre! Se não, como é possível repartir, por tantos, esse património? Se é a capacidade intelectual que caracteriza o Homem, é na diferença

dessa capacidade que radica aquilo que mais singularmente o distingue. Por isso, a apropriação indevida do fruto do trabalho intelectual é a mais abusiva e repugnante apropriação, ainda que consentida. Se a apropriação daquilo que uma mente produziu foi feita por coacção moral ou qualquer outra modalidade de prepotência é roubo; se foi por benevolência, compadrio ou, mesmo por simples rotina, é dádiva. Em ambos os casos é fraude.

A necessidade de vencer, num mundo em que é a competição a marcar o ritmo do esforçado quotidiano das nossas vidas, gera a consciência de que, desde que ninguém saiba, vale tudo! É assim no desporto e vem o *doping*, é assim na profissão e aparece a burla, é assim na ciência e surge a fraude.

Há quem fale em castigos para quem violar as normas comuns em matéria de publicações científicas. Penalizações de todos os tipos, desde indemnizações, a multas, a despromoções! Pensa assim quem tem da investigação e da ciência uma mentalidade consumista que só valoriza as vantagens imediatas que poderão advir das descobertas. Então, sublinha, como negatividades ligadas à fraude, o desperdício de dinheiros do Estado, o desrespeito pelo público crente na ciência, etc, etc. Sem pretender contestar o fundamento desta concepção pragmática, parece-me que o mais grave na atitude fraudu-

lenta é que ela põe em causa aquilo que é a primeira qualidade de um cientista: **o amor à verdade**. Os cientistas são os agentes do fascínio e das expectativas que a ciência cria. E porque a verdadeira actividade de pesquisa é silenciosa, anónima, desinteressada e busca a verdade, os seus protagonistas aparecem, naturalmente, como modelos de virtude. Daí o fundo dramático em que assenta a fraude científica. Daí, também, não haver faltas graves puníveis, nem faltas pequenas desculpáveis. Quem agride essa exigência primária essencial, trai a essência ética de todo o processo que tem a procura da verdade como objectivo e merece pena em vez de castigo. Creio que o descrédito em que cai, na comunidade em que está inserido, quem o pratica, chegará como punição.

Há maus hábitos tão profundamente enraizados que, mencioná-los, é quase agredir a tradição. Mas se são maus, devem ser eliminados. Nenhum bom tronco resiste a uma raiz podre. Ao passarmos os olhos pelos currícula elaborados no nosso País por candidatos a provas de qualificação universitária ou outra, deparamos, frequentemente, com algumas dessas manifestações de indesejável desonestidade. Embora admitindo que, na maioria das vezes, não há intenção maldosa nessas práticas incorrectas, não deixa de haver razões para este reparo e para desejar que esses procedimentos sejam corrigidos.